

## A ALDEIA CARAPICUIBA E SUA RESOLUÇÃO DE TOMBAMENTO

Neide BARROCA FACCIÓ\*

**Resumo:** O trabalho de análise e revisão das resoluções incidentes nos Núcleos Urbanos de Amparo, Itu, Santana de Parnaíba e Carapicuíba está sendo realizado em atendimento à deliberação do Conselho do CONDEPHAAT, de dois de março de 2009. Esse estudo surgiu da necessidade de análise das diretrizes contidas nas resoluções dos processos de tombamento, e se for o caso, propor diretrizes mais completas, no que se refere, principalmente, às intervenções nas áreas de bens tombados, “listados” e localizados em áreas envoltórias. Trata-se, aqui, do diagnóstico do acervo arquitetônico da Aldeia de Carapicuíba. Essa aldeia está localizada em um distrito de Carapicuíba, a 22 quilômetros da capital paulista, portanto na região metropolitana de São Paulo. O IPHAN, em 1940, tombou o Conjunto Arquitetônico e Urbanismo da Aldeia de Carapicuíba. Já o CONDEPHAAT em 1973 tombou apenas a Capela de São João Batista. Diante do estudo realizado propomos algumas diretrizes para a área da Aldeia de Carapicuíba.

**Palavras chave:** Vila de Carapicuíba, CONDEPHAAT, Capela de São João Batista

## CARAPICUIBA VILLAGE AND ITS TIPPING RESOLUTION

**Abstract:** The analysis and review on the incident resolutions in the Urban Core of Amparo, Itu, Santana de Parnaíba and Carapicuíba cities are being executed in order to look to the deliberation of CONDEPHAAT Council, on

---

\* Endereço eletrônico: [nfaccio@terra.com.br](mailto:nfaccio@terra.com.br) - Professora Doutora do Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente, da FCT/UNESP, Coordenadora do Laboratório de Arqueologia Guarani da FCT/UNESP, Campus de Presidente Prudente.

March 2, 2009. This research was carried out because of the needs to analyse the guidelines included in the resolutions of tipping process, and if it is necessary, completer guidelines will be proposed, mainly concerning interventions in the areas of tipped goods, “listed” and situated in those areas’ surroundings. This study observes the diagnosis of the architectural collection found at Carapicuíba Village, which is situated in a district of Carapicuíba, 22 kilometers away from the capital of São Paulo, so in a metropolitan region of it. IPHAN, in 1940, tumbled Architectonic Set and Urbanism of Carapicuíba Village. CONDEPHAAT, on the other hand, in 1973, tumbled only São João Batista Chapel. This research supports the idea of coming up with some guidelines for the area at Carapicuíba Village.

**Keywords:** Carapicuíba Village, CONDEPHAAT, São João Batista Chapel.

## 1. INTRODUÇÃO

Patrimônio é um legado de bens que podem ser naturais, sociais ou culturais, que se recebe como herança dos pais ou dos antepassados (...) o patrimônio de um indivíduo, de um grupo humano ou de uma comunidade ou sociedade, não é tão somente a relação e soma de seus bens herdados, senão o conjunto e síntese dos mesmos que configura um todo singularizado com identidade essencial (CÂMERA, apud CUBILO et al., 1989, p. 171-172).

O trabalho de análise e revisão das resoluções incidentes nos Núcleos Urbanos de Amparo, Itu, Santana de Parnaíba e Carapicuíba está sendo realizado em atendimento à deliberação do Conselho do CONDEPHAAT, de dois de março de 2009.

Esse estudo surgiu da necessidade de análise das diretrizes contidas nas resoluções dos processos de tombamento, e se for o caso, propor diretrizes mais completas, no que se refere, principalmente, às intervenções nas áreas de bens tombados, “listados” e localizados em áreas envoltórias.

Apresenta-se neste relatório somente o diagnóstico do acervo arquitetônico do Núcleo Histórico de Carapicuíba, localizado na região metropolitana de São Paulo.

Tendo em vista as especificidades de cada um dos núcleos selecionados para o estudo, não poderíamos tratá-los como “se constituíssem formas de realidades únicas e homogêneas” (FUNARI 2006, p. 34).

## 2. DIAGNÓSTICO DO NÚCLEO URBANO DE CARAPICUÍBA

### 2.1. Histórico

Trata-se, aqui, do diagnóstico do acervo arquitetônico da **Aldeia de Carapicuíba**. Essa aldeia está localizada em um distrito de Carapicuíba, a 22 quilômetros da capital paulista, portanto na região metropolitana de São Paulo.

Consta do Livro Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, folhas 3, número de inscrição sete, que a obra denominada Conjunto Arquitetônico e Urbanismo da Aldeia de Carapicuíba, localizada no Município de Cotia, Estado de São Paulo, de propriedade da Prefeitura Municipal e outros, processo número 218/39, o registro do tombamento ex-officio de 13 de maio de 1940.

A planta da Aldeia de Carapicuíba apresentada na figura 1 foi enviada para nós pela Secretaria Regional do IPHAN, do Rio de Janeiro, quando solicitamos a minuta de tombamento da aldeia em tela. Não sabemos precisar a data dessa planta, mas deve ser do período do tombamento da aldeia pelo IPHAN.

Dessa aldeia, o CONDEPHAAT tombou, apenas, a Capela de São João Batista, conforme consta do Processo CONDEPHAAT nº 339/1973, fls. 9 (**Figura 2**)<sup>1</sup>.

A **figura 1** apresenta a planta da Aldeia de Carapicuíba.

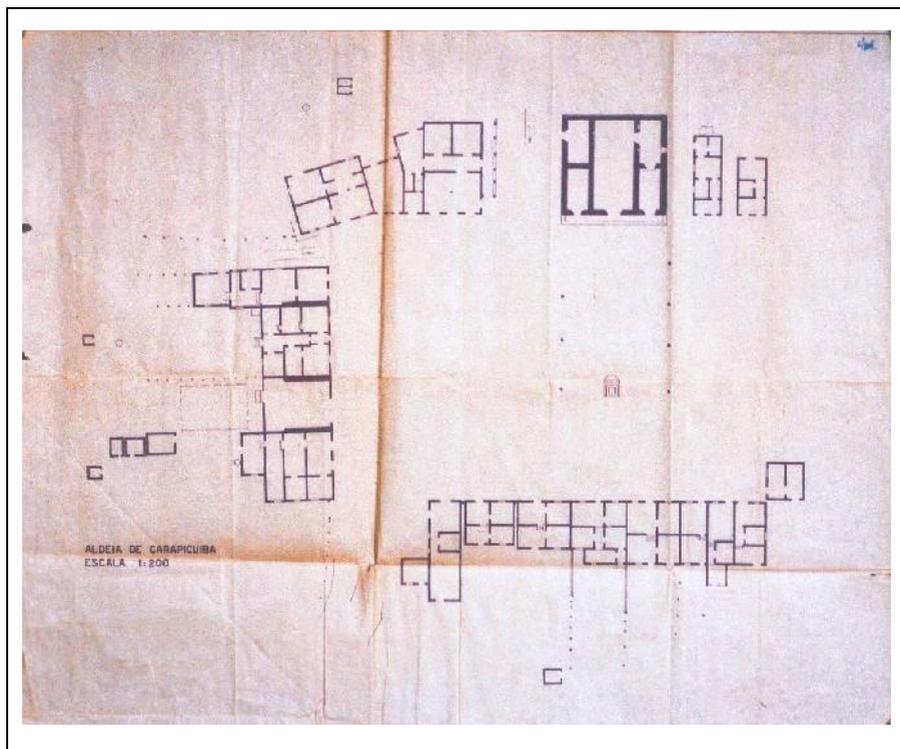


Figura 1: Aldeia de Carapicuíba, localizada no Município de Cotia, Estado de São Paulo. Fonte: Secretaria Regional do IPHAN do Rio de Janeiro.

<sup>1</sup> As figuras 1 e 2 apresentam o mesmo número de edifícios.

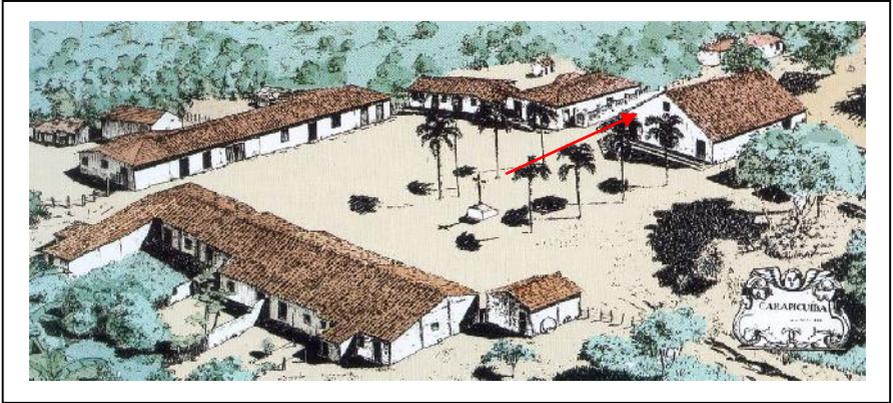


Figura 2: Perspectiva da Aldeia de Carapicuíba de Luís Saia, 1938, com destaque nosso (seta vermelha) para a Capela de São João Batista. Fonte: Andrade (2006: 24).

Contudo, trata-se, também, de um tombamento ex-offício, tendo em vista ter sido o referido conjunto anteriormente tombado, em 1940, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a partir de critérios que definem um Núcleo Histórico, restituindo-lhe os traços de 1736. Esse tipo de núcleo:

[...] tiene valor como conjunto, no es una série de edificios aislados, es un conjunto, no es un bloco construído, son bloques construídos; la tendencia a conservar este sí, éste no; éste no cumple con las reglas de oro; éste no es um barroco puro, éste sí, este no ...; es estética. El valor de las manzanas, el valor de todo el sector que hay que conservar (RANGEL, 1989, p. 110).

Da Aldeia de Carapicuíba, texto encartado no processo CONDEPHAAT nº 339/1973 (fls 4), sem autoria, relata-se que a:

Aldeia de índios confinados sob a orientação dos padres jesuítas, foi criada em 1580, em terras concedidas por Jerônimo Leitão a Afonso de Sardinha, que as doou aos

padres da Companhia de Jesus. (PROCESSO CONDEPHAAT nº 339/1973, fls 4).

De acordo com Francisco de Assis Carvalho Franco, citado por LEMOS et al (2008: 93), Carapicuíba nunca foi uma verdadeira aldeia criada pelos jesuítas destinada a confinar indígenas conversos. Ela de fato nasceu como um depósito de índios caçados por Afonso Sardinha. Já Manoel da Fonseca, também citado por LEMOS et al. (2008, p. 93) explica que:

Sardinha fez doação “testamentária” de uma área de sua sesmaria para ali serem aldeados tão somente os índios forros e dando outro destino, que hoje não sabemos qual, aos escravizados recém-chegados do sertão. (LEMOS et al., 2008, p. 93).

Por esses relatos verificamos diferentes posições a respeito dos índios que ocuparam Carapicuíba. Mas, de fato, parece estar certo que sua função inicial não foi a de confinar índios conversos.

A **foto 1** mostra a Capela de São João Batista no ano de 1937. Verifica-se nessa foto o barrado azul, a presença dos coqueiros, do cruzeiro, o não calçamento e a ausência dos postes da Light na área do pátio. A **figura 3** mostra equipamentos domésticos da Aldeia de Carapicuíba.

Em 1698, quando a Aldeia de Carapicuíba era assistida pelo Padre Belchior de Pontes, foi feita a mudança dos índios dessa aldeia para a de Itapecerica, sob a alegação de que as terras de plantio estavam cansadas. Essa primitiva aldeia foi particularmente destruída pelos jesuítas para que os índios a abandonassem. (PROCESSO CONDEPHAAT nº 339/1973, fls 4 – Grifo nosso).

A mudança dos índios de Carapicuíba para a Aldeia de Itapecerica foi uma decisão política. Ao que tudo indica, essa mudança favoreceu apenas os interesses da Companhia de Jesus, tanto que muitos índios retornaram para a Aldeia de Carapicuíba. (LEMOS et al., 2008, p. 96).



Foto 1: Capela de São João Batista, no ano de 1937. Aldeia de Carapicuíba, SP.  
Fonte: Germano/Acervo IPHAN/SP.

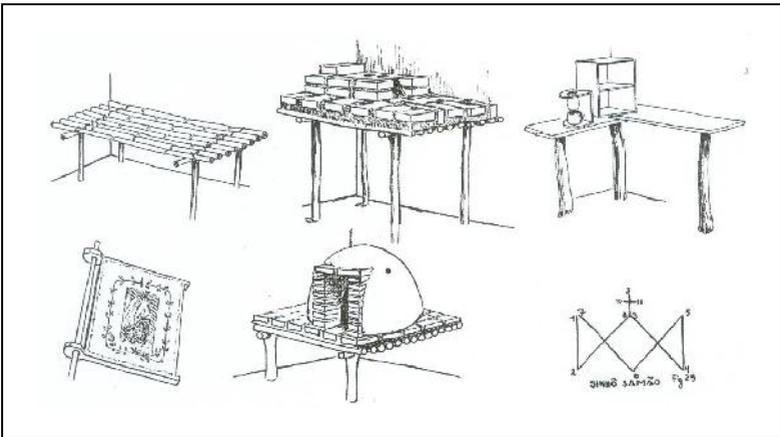


Figura 3: Equipamentos domésticos, bandeira de festa e esquema de reza. Fonte: Luís Saia in: MORI, 2008, p. 29.

Em 1736, a Aldeia de Carapicuíba foi reconstituída, a partir dos remanescentes da antiga instalação da Capela de São João Batista, que a partir de então passou a se chamar Capela de Nossa Senhora da Graça<sup>2</sup>. A reconstituição foi realizada a partir de três paredes que restavam do século XVI, de taipa, que subsistem até hoje.

Em documento encartado no Processo MTSP 2, da 9<sup>o</sup> Secretaria Regional do IPHAN, consta um acordo entre a Mitra Arquidiocesana de São Paulo e o Patrimônio Histórico a respeito da Capela Santa Catarina na Aldeia de Carapicuíba. Esse nome para a capela da Aldeia de Carapicuíba não consta de nenhum outro documento.

A Aldeia de Carapicuíba:

condicionada a tais remanescentes, reuniu meios de evoluir para uma arquitetura caipira, de que hoje é amostragem fidedigna.

Carapicuíba desenvolveu-se em torno de uma praça retangular, delimitada por modestas casas de taipa de mão (LEMOS et al., 2008, p. 93).

Registra-se desde 1714, no dia 2 de maio, em Carapicuíba, a chegada de peregrinos para festejos folclóricos em honra da Santa Cruz.

LEMOS et al (2008) relata que:

Após a expulsão dos jesuítas de São Paulo em 1768, a aldeia ficou espiritualmente sujeita ao pároco de Cotia e, assim, teve início a sua decadência, com a dispersão

---

<sup>2</sup> Em documento encartado no Processo MTSP 2, da 9<sup>o</sup> Secretaria Regional do IPHAN, consta um acordo entre a Mitra Arquidiocesana de São Paulo e o Patrimônio Histórico a respeito da Capela Santa Catarina na Aldeia de Carapicuíba. Esse nome para a capela da Aldeia de Carapicuíba não consta de nenhum outro documento. Junto a esse documento existe um programa da Sociedade Amigos do Bairro da Aldeia de Carapicuíba com diretrizes para a proteção da aldeia, datado de 29 de março de 1985.

dos índios e com a intromissão e invasão de fazendeiros vizinhos. Azevedo Marques, no verbete “Aldeia”, diz que Carapicuíba, em 1774, “já não existia”. (LEMOS et al, 2008, p. 96).

De acordo com a publicação “Documentos interessantes para a História de São Paulo, Vol. LXIV”, a desocupação de Carapicuíba seria datada de 1772 e não de 1774. Já Saia (1938) cita Joaquim Machado de Oliveira que atesta a presença de Carapicuíba até 1823.

O Almanak da Província de São Paulo atesta a presença de Carapicuíba até 1873. Ainda segundo essa fonte, sua população em 1873 se confundia com a civilizada, não havendo no local nenhuma ação catequética (LEMOS et al., 2008, p. 98).

Atualmente a Aldeia de Carapicuíba faz parte do Circuito Taypa de Pilão que:

é composto de bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional, representativos do período da colonização do entorno oeste metropolitano por jesuítas e bandeirantes, entre os séculos XVI e XIX. A Taypa de Pilão é a técnica construtiva que utiliza barro socado entre formas, características comuns nos monumentos das cidades de Barueri, Carapicuíba, Cotia, Embu das Artes, São Roque e Santana de Paranaíba.

A Aldeia de Carapicuíba – fundada em 12 de outubro de 1580, fazia parte do projeto de Aldeamento Paulista ao redor de São Paulo de Piratininga, consistia em 12 aldeias, a de Carapicuíba é a única que preserva suas características iniciais. Seu traçado urbano revela a solução construtiva dada pelos jesuítas naquele período, um núcleo de residências baixas, fechado de forma quadrangular, ladeando a capela e mantendo um cruzeiro ao centro do pátio. Tombada em 1940. (CARTÃO POSTAL, sd.).

A **foto 2** apresenta o cartão postal da Aldeia de Carapicuíba<sup>3</sup>.

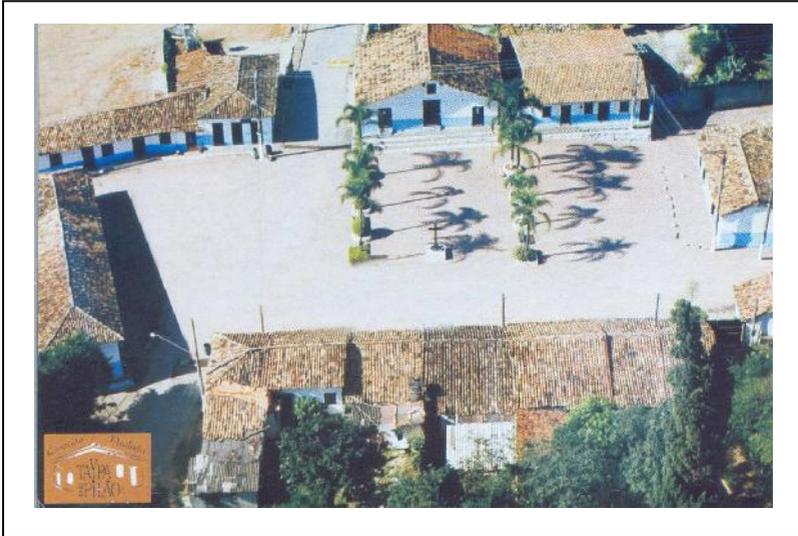


Foto 2: Aldeia de Carapicuíba. Carapicuíba, SP. Fonte: Cartão Postal – Circuito Taypa de Pilão.

A Festa da Santa Cruz, que teve início em 2 de maio de 1714, junta dança indígena do “Sarabaquê” praticada pelos índios em volta da fogueira, com a festa religiosa européia em homenagem a Santa Cruz, utilizada pelos padres jesuítas para cristianizar os indígenas.

A Aldeia de Carapicuíba é o único exemplo de aldeamento jesuítico que sobreviveu aos momentos posteriores, segundo os padrões pré-estabelecidos de organização social. (ANDRADE, 2006, p. 24).

A história de preservação da Aldeia de Carapicuíba se mistura com a história do IPHAN e de Luís Saia, em São Paulo. Em 13/01/1937 quando o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi criado ligado ao Ministério da Educação e Cultura, Mário de Andrade foi nomeado

<sup>3</sup> Neste Cartão Postal, sem data de publicação, verificamos a presença de construções não identificadas nas figuras 1 e 2 deste relatório.

Assistente Técnico do SPHAN. Mário de Andrade, então, convidou Nuto Sant'Ana (historiador) e Luiz Saia (estudante do curso de engenharia) como seus colaboradores. Como Mário de Andrade acumulava o cargo de Assistente Técnico do SPHAN com o de Diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, em 1/11/1937, Mário de Andrade sugere a Rodrigo de Mello Franco, o nome de seu discípulo Luiz Saia para substituí-lo no cargo de Assistente Técnico do SPHAN. Como não houve resposta à solicitação, Mário de Andrade demitiu-se da representação do SPHAN de São Paulo em janeiro de 1938, recomendando para o seu posto Paulo Duarte. Por conta da situação política implantada pelo Estado Novo, em 1938, o nome de Paulo Duarte não foi aceito e Mário de Andrade foi afastado da Diretoria do Departamento de Cultura, abrigando-se no Serviço de Patrimônio do Rio de Janeiro, sob a proteção de seu amigo Rodrigo de Mello Franco. Por fim, Rodrigo de Mello Franco aceita a sugestão do nome Luiz Saia (engenheiro recém formado), mas antes o desafia a fazer um trabalho de capacitação que seria julgado por ele próprio. (MORI, 2008, p. 25 - 28).

O trabalho versaria sobre a **Aldeia Jesuítica de Carapicuíba** nos arredores da capital paulista. Como incentivo ao discípulo, Mário se comprometeu a publicar posteriormente a monografia na Revista do SPHAN (MORI, 2008, p. 28).

Luiz Saia aceitou o desafio e escreveu sobre a arquitetura histórica e manifestações culturais que existiam no local. Seu trabalho é considerado pioneiro ao tratar um monumento, tanto no seu aspecto de artefato histórico, quanto de vestígios da cultura material (MORI, 2008, p. 28).

Nas diversas intervenções que fez em Carapicuíba sempre conservou o barrado azul caipira nas paredes brancas das casinhas e o adro de palmeirinhas no centro do terreiro destoando da concepção jesuítica original. O espaço definido pelas palmeiras era o que marcava os passos das danças tradicionais e o barrado azul era a marca da cultura caipira – todos os moradores pintavam suas casas com este mesmo padrão. (MORI, 2008, p. 28).

O trabalho de Saia (1938) intitulado “Aldeia de Carapicuíba” foi aprovado por Rodrigo de Mello Franco, mas recebeu críticas de Mário de Andrade, que o intitulou de monografia com cara de livro, o que para ele era um defeito.

Luiz Saia em seu livro clássico “Morada Paulista” justificou a não publicação do texto em nota de rodapé: “Em 1937, quando auxiliar de Mário de Andrade e candidato à chefia do então SPHAN, a fim de suprir a falha de não ser ainda arquiteto diplomado, realizei um estudo sistemático da aldeia de Carapicuíba. Trabalho exaustivo cheio de erros – éramos tão inocentemente ignorantes em matéria de arquitetura tradicional que nem sabíamos – de observação e de visão global (...). Nunca publiquei nem publicarei tal estudo, o qual tem estado à disposição dos estudiosos na sede do 4<sup>o</sup> Distrito. E tem sido usado não poucas vezes” (MORI, 2008, p. 29).

Luís Saia permaneceu no comando do IPHAN, em São Paulo de 1938 até o seu falecimento em 1975 (MORI, 2008, p. 30).

A monografia de Saia dá conta da forma como as aldeias retangulares eram orientadas no espaço, longe dos grandes rios, mas próximas de seus afluentes, da disposição das casas e da igreja que sempre ficava no meio, do lado da parte mais alta do terreno. Já as estradas comumente entram pelas quinas do pátio. Também essas aldeias sempre ficavam em áreas altas, de onde ora é possível ver o entorno. As construções residenciais são sistemáticas a partir do modelo de geminação seriada. Saia também dá conta do estudo da arquitetura tradicional descrevendo cada um dos edifícios e as transformações pelas quais passaram no decorrer do tempo, relacionando essas transformações com diferentes grupos étnicos.

A partir da década de 1980, documentos encartados no Processo MTSP 1.2; 1.2 e 2, da 9<sup>o</sup> Secretaria Regional do IPHAN, apresentam programa, emenda de lei ou propostas que visam à proteção/preservação/revitalização da Aldeia de Carapicuíba.

O Processo MTSP 2 da 9<sup>o</sup> Secretaria Regional do IPHAN da Sociedade Amigos do Bairro da Aldeia de Carapicuíba apresenta um programa com objetivos para a proteção da aldeia, datado de 29 de março de 1985:

1 – O que Pretende a Sociedade:

- a) através de recursos vindouros, promover a educação de base;
- b) promover através de contatos com proprietários de terrenos baldios, organizar mutirões para a realização de hortas comunitárias;
- c) aproveitamento de terrenos, sem construção, para o lazer;
- d) lutar em prol do povo do bairro a que pertence a Sociedade procurando dar mais segurança;
- e) melhorias na praça de esportes;
- f) defender o patrimônio histórico nacional, que é a Aldeia.

2 – Das reivindicações da Sociedade:

- a) lutará para que no bairro seja instalado um posto de saúde;
- b) lutará por um posto policial na Aldeia;
- c) solicitará melhoramentos nos sistemas de água, iluminação e construção de esgotos e calçamentos;
- d) lutará pela colocação de mais telefones públicos (orelhões);
- e) lutará por uma representatividade municipal dentro da Aldeia;
- f) lutará pela criação de mais escolas públicas no nível de 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> graus;
- g) lutará por melhores condições de transportes;
- h) lutará pela instalação de uma creche pública e parque infantil (PROCESSO MTSP 2 - 9<sup>o</sup> SR IPHAN/SP).

Do exposto, verificamos que a comunidade da Aldeia de Carapicuíba e do entorno se preocupa com a área do bem tombado, o que é um importante fator para sua preservação. Por outro lado, verificamos nessa ocasião certo descuido do poder público, tendo em vista pontos citados como: falta de esgoto, calçamento etc.

Contudo, ainda neste ano de 1985, a Prefeitura Municipal de Carapicuíba, SP, com a colaboração efetiva dos demais órgãos de preservação e comunidade local elaboraram um Plano de Preservação para a Aldeia de Carapicuíba<sup>4</sup>. O plano visaria prioritariamente plotar uma via que desviasse o trânsito do centro da Aldeia e preservar o núcleo de acordo com as normas de restauro e conservação. Para esse trabalho a FUMEFI liberou 150 milhões de cruzeiros no ano de 1986. De fato, o projeto contemplou o desvio da estrada e sua ligação com o sistema viário dos loteamentos do entorno; o traçado de nova via circundando a área verde; nivelamento do piso da Aldeia, evitando a criação de patamares; construção de galeria para escoamento das águas pluviais; manutenção das calçadas de pedra; manutenção das palmeiras; restauração, quando necessário dos edifícios com instalação de mobiliário urbano adequado.

Contudo, após todo esse trabalho seria necessário uma lei do uso do solo<sup>5</sup> e ainda a implantação de um projeto de revitalização da área que poderia optar por duas linhas básicas: 1) Centro de Comércio e Serviços Para a População Local ou 2) Área de Visitação e Interesse Histórico. Para a definição do projeto seriam consultadas as entidades locais.

O Processo MTSP 2, da 9<sup>o</sup> SR IPHAN/SP apresenta uma proposta de emenda à Lei Municipal 714/84, muito bem elaborada, em papel timbrado da EMPLASA (Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S.A.), que tem por objetivo a preservação do conjunto arquitetônico de Carapicuíba. Ainda esse processo apresenta um texto de duas páginas intitulado “Aldeia de Carapicuíba: Justificação”, em papel timbrado do Ministério da Educação e Cultura, sem autoria e sem data. Nesse documento verificamos propostas de diretrizes para a preservação da Aldeia de Carapicuíba, ao que tudo indica escritas por funcionários do IPHAN. As propostas apresentadas nesse documento estão contempladas

---

<sup>4</sup> Do Plano de Preservação para a Aldeia de Carapicuíba participaram a Prefeitura Municipal de Carapicuíba, o CONDEPHAAT, a EPLASA, o METRÔ e a Comunidade.

<sup>5</sup> Propõem-se 400 metros de área envoltória, mas fica claro que isso precisa ser definido.

integralmente na proposta de emenda à Lei Municipal 714/84 e a nosso ver foram escritas anteriormente à proposta de emenda a referida lei.

Em 1988 a 9<sup>o</sup> SR IPHAN/SP (PROCESSO MTSP 1.2<sup>6</sup>) registra como principais problemas na área da Aldeia de Carapicuíba: deterioração física dos imóveis, mudança no uso dos imóveis, imóveis vazios temporariamente, imóveis abandonados, intensificação do uso do solo, crescimento desordenado, alteração no parcelamento do solo, residência destelhada, diminuição da massa arbórea do entorno e intenso fluxo de veículos (ônibus e caminhões).

O problema do fluxo de ônibus e caminhões no pátio da Aldeia foi solucionado com o desvio do trânsito. Contudo, pequenos automóveis ainda circulavam pelo pátio da aldeia, até agosto de 2009, quando realizamos vistoria na área da aldeia. Já em setembro de 2009, quando retornamos à Aldeia de Carapicuíba, o trânsito havia sido retirado da área.

Do exposto, concluímos que sobre a história de Carapicuíba existem muitas lacunas que precisam ser investigadas. Talvez as respostas a essas lacunas possam ser dirimidas com novas pesquisas. Quando analisamos a cronologia apresentada no item 1.2, a seguir essas lacunas ficam evidentes.

## **2.2. Cronologia dos Acontecimentos na Aldeia de Carapicuíba**

1580 - Criação da Aldeia de Carapicuíba, sob a orientação dos padres jesuítas, em terras concedidas por Jerônimo Leitão a Afonso Sardinha, que as doou aos padres da Companhia de Jesus (12 de outubro).

1698 - Mudança dos índios da Aldeia de Carapicuíba para a Aldeia de Itapeperica. Nesse ano a Aldeia de Carapicuíba estava sendo assistida pelo Padre Belchior de Pontes.

1714 - Chegada dos peregrinos na Aldeia de Carapicuíba para festejos folclóricos em honra da Santa Cruz (2 de maio)

---

<sup>6</sup> O processo não possui numeração de página.

1736 - A Aldeia de Carapicuíba foi reconstruída a partir dos remanescentes da antiga instalação da Capela de São João Batista, que passou a se chamar Capela de Nossa Senhora da Graça.

1768 - A Aldeia de Carapicuíba ficou espiritualmente sujeita ao pároco de Cotia e, assim teve início sua decadência, com a dispersão dos índios e com a intromissão e invasão de fazendeiros vizinhos.

1772 - Desocupação da Aldeia de Carapicuíba por parte dos índios (Documentos interessantes para a História de São Paulo, Vol. LXIV)

1774 - Azevedo Marque, no verbete “Aldeia”, diz que Carapicuíba, em 1774, “já não existia”.

1823 - Luiz Saia cita Joaquim Machado de Oliveira, que atesta a presença de Carapicuíba até 1823 (SAIA,1938)

1873 - O Almanak da Província de São Paulo atesta a presença de Carapicuíba até 1873. Ainda segundo essa fonte, sua população em 1873 se confundia com a civilizada, não havendo no local nenhuma ação catequética (LEMOS et. al., 2008, p. 98).

1937 - Foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ligado ao Ministério da Educação e Cultura. Mário de Andrade foi nomeado Assistente Técnico do SPHAN. Mário de Andrade convidou Nuto Sant’Ana (historiador) e Luiz Saia (estudante do curso de engenharia) como seus colaboradores. (13 de janeiro).

1937 - Mário de Andrade sugere a Rodrigo de Mello Franco, o nome de seu discípulo Luíz Saia para substituí-lo no cargo de Assistente Técnico do SPHAN. Como não houve resposta à solicitação, Mário de Andrade demitiu-se da representação do SPHAN de São Paulo em janeiro de 1938, recomendando para o seu posto Paulo Duarte.

1938 - Rodrigo de Mello Franco aceita a sugestão do nome Luiz Saia (engenheiro recém formado), para substituir Mario de Andrade na representação do SPHAN, mas antes o desafia a fazer um trabalho de capacitação que seria julgado por ele próprio, sobre a Aldeia de Carapicuíba.

1938 - A monografia de Saia dá conta da forma como as aldeias retangulares eram orientadas no espaço, longe dos grandes rios, mas próximas de seus afluentes, da disposição das casas e da igreja que sempre ficava no meio, do lado da parte mais alta do terreno. Já as estradas comumente entram pelas quinas do pátio. Também essas aldeias sempre ficavam em áreas altas, de onde ora é possível ver o entorno. As

construções residenciais são sistemáticas a partir do modelo de geminação seriada. Saia também dá conta do estudo da arquitetura tradicional descrevendo cada um dos edifícios e as transformações pelas quais passaram no decorrer do tempo, relacionando essas transformações com diferentes grupos étnicos.

1938 - Luís Saia permaneceu no comando do IPHAN, em São Paulo de 1938 até o seu falecimento em 1975.

1940 - Tombamento ex-offício do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Aldeia de Carapicuíba pelo IPHAN (13 de maio).

1973 - Tombamento ex-offício da Capela de São João Batista da Aldeia de Carapicuíba pelo CONDEPHAAT.

1984 - Criação da Lei Municipal 714/84, que tem por objetivo a preservação da Aldeia de Carapicuíba.

1985 - A Sociedade Amigos do Bairro da Aldeia de Carapicuíba cria um programa com objetivos para a proteção da aldeia, datado de (29 de março).

1985 - A Prefeitura Municipal de Carapicuíba, SP, com a colaboração efetiva dos demais órgãos de preservação e comunidade local elaboraram um Plano de Preservação para a Aldeia de Carapicuíba. O plano visaria prioritariamente plotar uma via que desviasse o trânsito do centro da Aldeia e preservar o núcleo de acordo com as normas de restauro e conservação. Para esse trabalho a FUMEFI liberou 150 milhões de cruzeiros no ano de 1986.

1985 - Emenda à Lei Municipal 714/84, que tem por objetivo a preservação da Aldeia de Carapicuíba.

1988 - A 9<sup>o</sup> SR IPHAN/SP registra como principais problemas na área da Aldeia de Carapicuíba: deterioração física dos imóveis, mudança no uso dos imóveis, imóveis vazios temporariamente, imóveis abandonados, intensificação do uso do solo, crescimento desordenado, alteração no parcelamento do solo, residência destelhada, diminuição da massa arbórea do entorno e intenso fluxo de veículos (ônibus e caminhões).

2009 - O IPHAN inclui Carapicuíba no PAC, que além de Carapicuíba contemplará outros núcleos históricos.

2009 - O CONDEPHAAT criou um grupo de trabalho para estudar quatro núcleos históricos, entre eles Carapicuíba, a fim de rever as resoluções de tombamento desses núcleos.

### 2.3. Vistoria não Interventiva

Atualmente a Aldeia de Carapicuíba apresenta as edificações da **figura 4**.

A vistoria não interventiva na área da Aldeia de Carapicuíba teve por objetivo verificar por meio de caminhamentos documentário fotográfico e entrevistas dos seguintes pontos (SCATAMACCHIA, 2009):

- Estado de conservação;
- Fiação,
- Pichação;
- Cor das pinturas;
- Continuidade espacial;
- Placas;
- Intervenções;
- Letreiros;
- Entorno.

O diagnóstico na área e no entorno possibilitou verificar que a Aldeia de Carapicuíba está inserida na área de um parque arborizado, com presença de lagos. No entorno desse parque verificamos bairros residenciais e fábricas. Essa área no entorno do parque é densamente ocupada (**Figura 5 e foto 3**).

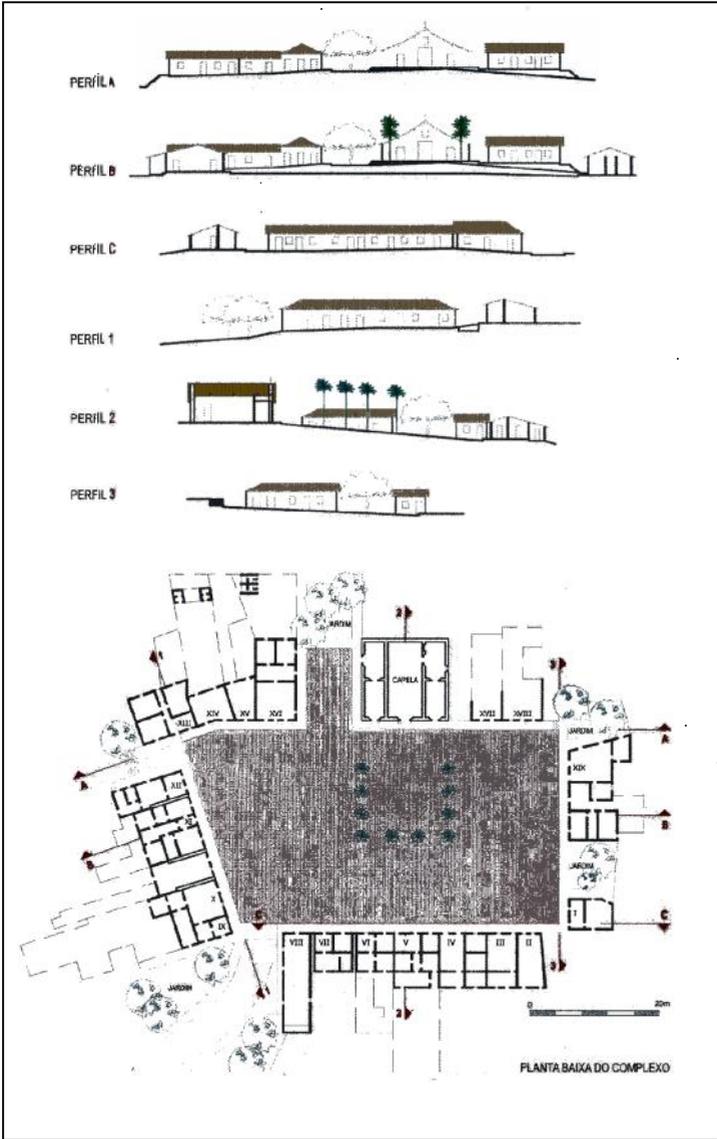


Figura 4: Planta Baixa do Complexo de Carapicuíba. Fonte: Lemos et al., 2008, p. 95.



Figura 5: Aldeia de Carapicuíba (em vermelho), SP e seu entorno. Base: Google Earth, 18/08/2009.

A Estrada da Aldeinha (ou via Inocência Seráfico) e a Rua João Fasoli já não cortam a área da Aldeia de Carapicuíba. Segundo moradores das vizinhanças, o trânsito na área, bem como a entrada de carros na área do pátio da Aldeia de Carapicuíba foi proibido no mês de agosto de 2009. Na opinião desses vizinhos, esse impedimento prejudicou o comércio local, tendo em vista que o ônibus que tinha ponto na área do pátio da Aldeia foi retirado para fora dessa área. Ainda relataram que proibir a entrada de carros na área dificulta a chegada dos visitantes, que para chegarem na área da Aldeia precisam caminhar pelo parque. Acrescentam que a Aldeia fica em topo de colina e dessa forma é cansativo subir o morro.

As construções, na área da aldeia, são na maior parte dos casos geminadas, somente nos cantos tem-se a separação das construções. Nesses espaços aparecem caminhos, estradas ou ruas. A exceção é para a Capela de São João Batista, que não está geminada a outras construções (**Foto 4**).



Foto 3: Entorno do parque da Aldeia de Carapicuíba.

Além da capela, existem três casas ocupadas como moradia e comércio e uma ocupada somente como moradia. Outras duas são ocupadas somente por comércio<sup>7</sup>. As outras construções estão ocupadas por serviços ligados ao Município de Carapicuíba como posto de polícia, casa da cultura, biblioteca etc.

Em entrevista com Selma Aparecida Guidi, funcionária do Departamento de Cultura do Município de Carapicuíba, obtive a informação de que o atual prefeito assumiu uma política de garantir a preservação do espaço da Aldeia de Carapicuíba e que seu desejo é revitalizar a área com

---

<sup>7</sup> No comércio se destaca o restaurante Pena Don Fernando que serve pratos latino-americanos e vinho chileno de excelente qualidade.

atividades culturais que atendam à população de Carapicuíba e aos visitantes de outras localidades. Informou também que a medida de proibir a entrada de carros e o trânsito na área vem ao encontro dessa nova política.



Foto 4: Capela de São João Batista. Verificam-se dos lados da Capela as passagens.

Segundo Selma Aparecida Guidi, com as construções ocupadas com residências, a prefeitura pretende fazer outro uso delas. O objetivo é transformar a área para atendimento aos visitantes. Já está funcionando na área projetos ligados à terceira idade e aos adolescentes.

Os moradores não quiseram se pronunciar a respeito do fechamento da área do pátio da Aldeia para passagem e estacionamento de carros, mas me pareceu evidente o descontentamento de dois deles. As viaturas do posto policial já não estão estacionadas no pátio da Aldeia. Contudo, uma

das moradoras, não aceitando a nova norma continua estacionando seu carro no pátio da Aldeia (**Foto 5**).



Foto 5: Carro estacionado na frente da casa da Aldeia de Carapicuíba, depois da proibição da Prefeitura Municipal de Carapicuíba, SP.

O Cruzeiro (tombado) no centro do pátio da Aldeia de Carapicuíba é apreciado pelos cachorros dos moradores locais (**Foto 6**).



Foto 6: Cruzeiro localizado no centro do pátio da Aldeia de Carapicuíba.

Verificamos na área do pátio da Aldeia de Carapicuíba a presença de postes de concreto e um emaranhado de fios (**Fotos 7 e 8**).

O estado de conservação da Aldeia de Carapicuíba é bom enquanto cenário, tendo em vista que, durante o dia, poucos prédios podem ser apreciados na sua parte interna: capela, casa da cultura e biblioteca (**Fotos 9, 10 e 11**).

Na Aldeia de Carapicuíba existe uma continuidade espacial, as pinturas estão bem conservadas, não existem letreiros afixados nas fachadas das construções, não há pichação das paredes. Como intervenção, verifica-se apenas o calçamento do pátio central e a fixação nas paredes das construções de caixa de correio, de orelhão e de placas (**Fotos 12, 13 e 14**).

Na vistoria realizada, o ponto que chamou a atenção foi um forno improvisado na frente da casa da cultura, na noite do dia anterior para

esquentar marmitas (**Fotos 15 e 16**). Contudo, o fato já estava sendo apurado para ver de quem foi a responsabilidade.



Fotos 7 e 8: Fiação da rede elétrica da Aldeia de Carapicuíba.



Foto 9: Área interna da Capela de São João Batista, da Aldeia de Carapicuíba.



Foto 10 e 11: Área interna da Capela de São João Batista, da Aldeia de Carapicuíba.

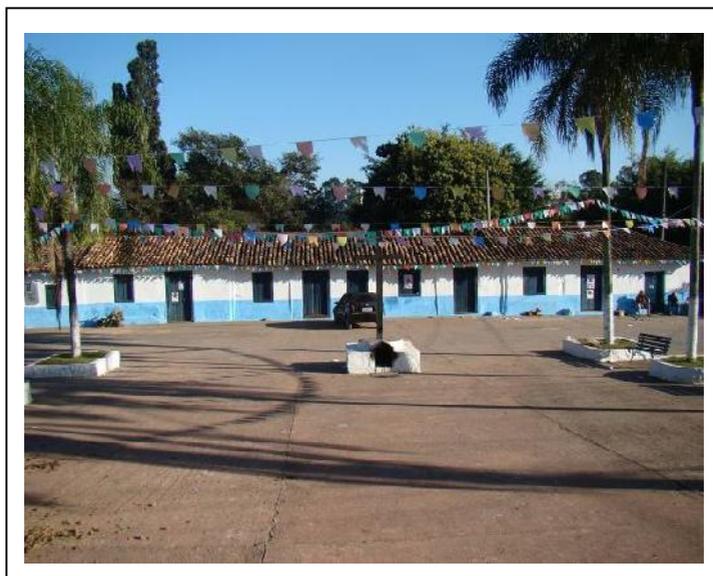


Foto 12: Área interna do pátio da Aldeia de Carapicuíba com calçamento.



Foto 13: Caixa de correio afixada na parede de prédio tombado da Aldeia de Carapicuíba.



Foto 14: Orelhão afixado na parede de prédio tombado da Aldeia de Carapicuíba.



Foto 15: Forno improvisado para esquentar marmitas em frente à Casa da Cultura da Aldeia de Carapicuíba.



Foto 16: Forno improvisado para esquentar marmitas em frente à Casa da Cultura da Aldeia de Carapicuíba.

Outro fato interessante é a casa de número 15. Na fachada verificamos a presença de apenas uma porta. Do lado direito temos uma janela da Casa da Cultura e do lado esquerdo uma janela da Biblioteca (**Foto 17**). Contudo, nos fundos da casa número 15, verificamos a presença de uma área bem maior (**Foto 18**).



Foto 17: Fachada da casa número 15 da Aldeia de Carapicuíba.



Foto 18: Fundos da casa número 15 da Aldeia de Carapicuíba.

Analisando a Aldeia de Carapicuíba enquanto cenário, nota-se um bom estado de conservação. Contudo, analisando a bibliografia disponível verificamos denúncias como:

A (via) Inocêncio Seráfico ou Estrada da Aldeia continua proporcionando a ligação com a Raposo Tavares, permitindo que veículos pesados trafeguem no centro da Aldeia com riscos para as casas seculares. Problemas assim ocorreram no passado. Sabe-se que existe projeto para desviar o trânsito do local, entretanto, é necessário que um loteamento seja aprovado e posteriormente providenciada a abertura e pavimentação da nova avenida (FOLHA DA REGIÃO – CARAPICUÍBA, 1980, p. 3).

A praça da aldeia é cortada pela estrada asfaltada que liga a via Raposo Tavares com a sede municipal (ANDRADE, 2006, p. 24).

Analisando a imagem de satélite do google earth, no dia 18/08/2009, verificamos a área do pátio central da Aldeia de Carapicuíba cortada pela Estrada da Aldeinha e pela Rua João Fasoli (**Figura 6**). O D.E.R. (Departamento de Estrada e Rodagem) asfaltou a ligação entre a via Raposo Tavares e Carapicuíba, atravessando a Aldeia, sem autorização do IPHAN.

Nos meses de agosto/setembro, quando realizamos vistorias na área da Aldeia de Carapicuíba, verificamos que o trânsito já foi retirado da área da aldeia. Contudo, notamos que isso ocorreu apenas no ano de 2006. (ANDRADE, 2006: 24), quando essa reivindicação do IPHAN data da década de 1980.

Outro fato que nos chamou a atenção é o caso dos sinos da aldeia:

Os sinos da Aldeia, “trocados a título de limpeza” são reclamados há muito, sem que o próprio IPHAN, órgão tombador do patrimônio tenha conhecimento do fato.

Pessoas que desconhecem o valor daquele patrimônio são muitas e, infelizmente, estão constantemente no local, aproveitando a falta de policiamento e a escuridão das imediações, para seus atos de atentado contra o patrimônio ou até mesmo contra a vida humana. Constantemente se tem notícia que aconteceram brigas e mortes no local.

Ainda falta muita consciência por parte de alguns moradores e da população como um todo, no sentido de preservar uma obra tão valiosa (FOLHA DA REGIÃO – CARAPICUÍBA, 1980, p. 3).

Outra reportagem apresenta o seguinte relato:

Pessoas ditas autorizadas pelo IPHAN teriam levado os sinos em 73 para limparem e devolver em seguida. Seis anos se passaram e nenhuma notícia. Fomos até o IPHAN, onde nos disseram que nenhum registro de que naquela época tinha estado alguém do IPHAN por ordem do Instituto para restauração das peças. É sabido que por essas obras são pagas altas quantias por colecionadores nacionais e internacionais (FOLHA DA REGIÃO – CARAPICUÍBA, sd).

Essa reportagem nos leva a inferir que os sinos foram roubados. Contudo, a reportagem a seguir nos permite uma outra interpretação:

O sino da Aldeia de Carapicuíba que tem a mesma idade dela, ou seja no próximo ano fará quatrocentos anos de vida, foi levado de seu lugar por elementos dito do Instituto do Patrimônio Histórico e Arqueológico Nacional (IPHAN) que disseram precisar fazer uma limpeza. E não se teve mais notícias dele. Hoje a pergunta, onde está? Sim, porque nós o queremos.

Dona Nenê como é bastante conhecida, está na Aldeia desde criança e é ela que cuidou da igreja durante 15 anos, falou a nós como o sino saiu da igreja.

Em abril de 73 vieram uns rapazes limpar as coisas, tirar carunchos da pia batismal. Eles tiraram o vidro que tinha

na santa dizendo que não era originário. Modificaram o altar, fizeram tudo porque tinham uma xérox de uma ordem do Instituto do Patrimônio, onde também dizia que faltava o divino, São João Batista e Nossa Senhora das Dores que eram de madeira. Eu disse a ele que estavam na sede do Instituto.

“Eles falaram que iam levar a pia batismal para arrumar lá no Instituto porque ficava melhor. Levaram mas devolveram. No outro dia disseram que iam levar o sino para limpar e trariam dois outros até que ficasse pronto o primeiro”

Dias depois o Luis Saia, já falecido, chefe do Patrimônio naquela época veio aqui e fechou a igreja. Em agosto do mesmo ano uma pessoa veio trazer a chave mas, o sino não se sabe o paradeiro (FOLHA DA REGIÃO – CARAPICUÍBA, sd, p. 5).



Figura 6: Estrada Aldeinha (em amarelo) e Rua João Fasoli (em branco) cortando o pátio central da Aldeia de Carapicuíba (em vermelho), SP. Base: Google Earth, 18/08/2009.

Essa reportagem não nos dá certeza a respeito do destino dos sinos da Aldeia de Carapicuíba. Se os sinos foram retirados pelo IPHAN, onde estão? Se foram roubados, quais medidas foram tomadas pelo IPHAN? (**Foto 19**).

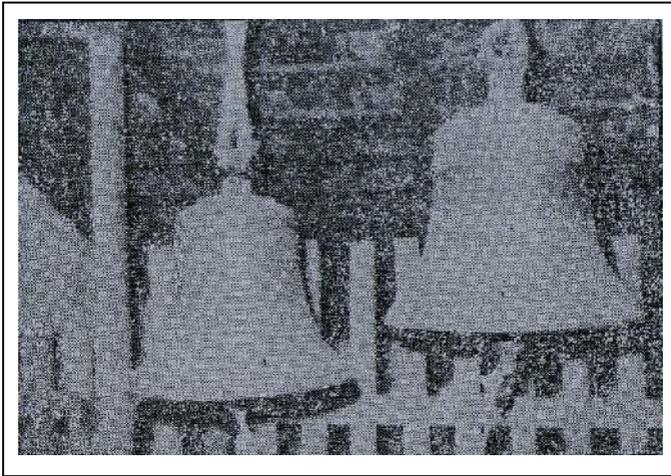


Foto 19: Sinos deixados na Aldeia de Carapicuíba depois da retirada dos originais, 1973. Fonte: Folha de Carapicuíba.

Ainda encontramos denúncias a respeito de destruição dos edifícios:

Um patrimônio histórico está sendo destruído, reclamou Fernando do Restaurante Penã, se referindo aos elementos que dentro de 15 dias quase destruíram uma das casas (a da foto) seculares (FOLHA DA REGIÃO – CARAPICUÍBA, 7/9/1979, p. 5).

A **foto 20** refere-se ao edifício citado na folha da região de Carapicuíba.

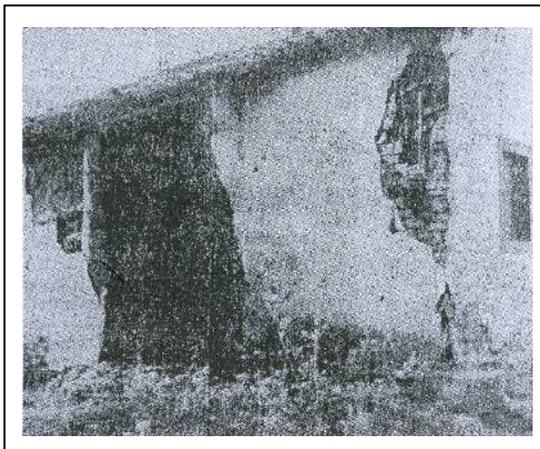


Foto 20: Casa secular em péssimo estado de conservação. Aldeia de Carapicuíba, SP, 1979.

## 2.4. Conclusões

Do exposto, nos resta afirmar que a preservação do patrimônio precisa ter significado para a população local. Somente quem reconhece o bem como patrimônio tem interesse em preservá-lo. Dessa forma, o bem cultural deve ter uma dimensão social, do contrário será difícil garantir a sua preservação. A lei não garante de forma plena a integridade do bem.

No caso dos sinos da Capela de São João Batista, da Aldeia de Carapicuíba, a comunidade se identificava como o bem tombado e cuidava dele, mas isso não foi o suficiente para proteger o que de fato é dela. Os sinos foram removidos e não voltaram.

Muitas ações que prejudicam a preservação/conservação da Aldeia de Carapicuíba têm sido realizadas sem a autorização do IPHAN ou do CONDEPHAAT, como é o caso do posteamento de concreto e construção de uma plataforma no centro da praça da aldeia por parte da LIGHT, ou a construção de uma estrada asfaltada também no pátio da Aldeia por parte do D.E.R. etc.

Verificamos também que as gestões de prefeitos do Município de Carapicuíba variam: ora querem preservar a aldeia, ora não se importam com ela, colaborando para a sua não preservação. No caso do atual prefeito, verificamos um grande interesse em preservar a área da Aldeia de Carapicuíba. Mas fica a pergunta: as ações da atual gestão municipal na Aldeia de Carapicuíba são conhecidas/ autorizadas pelo IPHAN e pelo CONDEPHAAT?

Nas vistorias realizadas constatei empenho do prefeito, e segundo informações de Selma Aparecida Guidi, funcionária do Departamento de Cultura do Município de Carapicuíba, no local trabalham ao todo mais de 70 pessoas. Essas pessoas, além de cuidarem da conservação do patrimônio, também trabalham em projetos junto à comunidade (jovens, terceira idade etc). De fato, pude presenciar várias atividades sendo desenvolvidas no local, muitos funcionários e um posto policial com pelo menos três guardas.

Nesse ponto, acredito que as ações do prefeito são de valor à medida que mantêm atividades para a comunidade no local. Também a segurança é um ponto importante, tendo em vista os inúmeros relatos de vandalismo na área.

Contudo, o seu objetivo de tirar os moradores do local talvez precise ser mais bem avaliado. Ao que tudo indica, esses moradores não têm o título de posse, mas parece também terem sido responsáveis pela conservação da Aldeia de Carapicuíba.

De acordo com Meneses (2006), é preciso “considerar o cultural como uma dimensão do social – e não o inverso”. (MENEZES, 2006, p. 41).

Camacho et al (1989) coloca que:

[...] las acciones tendientes a recuperar áreas de interés patrimonial deberán estar dirigidas a rescatar los núcleos urbanos para y com su población, para esse efecto el eje rector debe ser la participación activa del ciudadano” (CAMACHO et al., 1989, p. 37, grifo nosso).

Por outro lado, quando verificamos a colocação de novas placas na área da Aldeia de Carapicuíba, perguntamos por que a Prefeitura de Carapicuíba não está utilizando os modelos estabelecidos pelo IPHAN para a área de Núcleos Históricos. As placas que estão sendo feitas e colocadas

nos edifícios são esculpidas em madeira em padrões diferentes. O IPHAN possui uma normativa para as placas indicativas dos sítios históricos que deveria estar sendo usada na Aldeia de Carapicuíba (**fotos 20, 21, 22 e 23**). É preciso saber também quais outras ações, fazem parte do plano de revitalização da Aldeia de Carapicuíba, que estão sendo implementados pela prefeitura<sup>8</sup>.

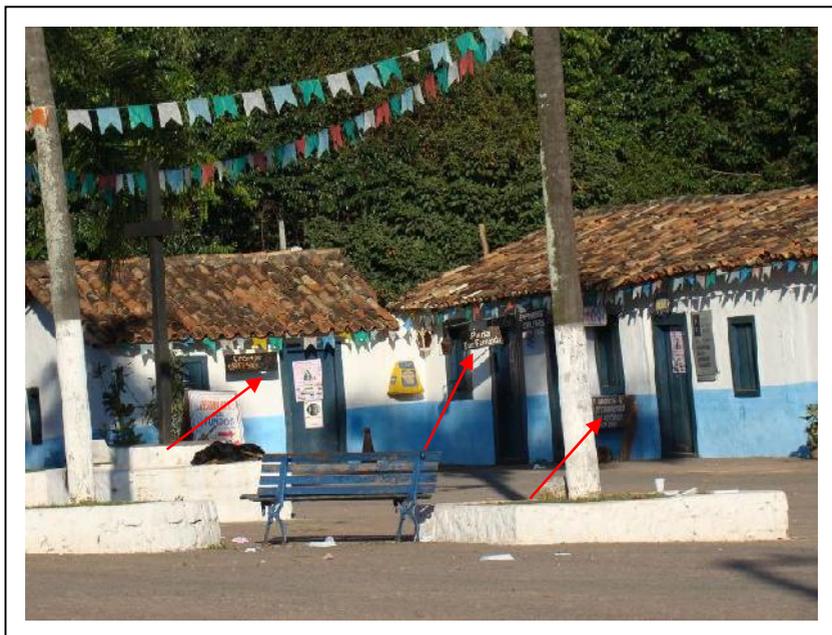


Foto 20: Placas de identificação dos prédios da Aldeia de Carapicuíba.

---

<sup>8</sup> Selma Aparecida Guidi, ainda informou que estão trabalhando nos projetos da Aldeia de Carapicuíba mais de 74 funcionários. Entre esses existe um senhor responsável por fazer as placas de identificação dos prédios.



Foto 21: Placa de identificação do prédio da Aldeia de Carapicuíba.



Foto 22 e 23: Placa de identificação do prédio da Aldeia de Carapicuíba.

A Aldeia de Carapicuíba, ainda apresenta outros tipos de placas de identificação (**Fotos 24 e 25**).



Foto 24: Placa de identificação na entrada da Aldeia de Carapicuíba.



Foto 25: Placa de identificação do imóvel da Aldeia de Carapicuíba.

O IPHAN e o CONDEPHAAT poderiam aproveitar a disposição do prefeito para um trabalho conjunto, bem como para criar uma resolução de tombamento.

Também verificamos a necessidade de se instalar os orelhões e caixas de correio de forma a não prejudicar o cenário da área da Aldeia de Carapicuíba.

Além desses fatos, é importante ter uma sinalização que indique a aldeia, pois quando estive lá pela primeira vez, não sabia por onde entrar. Fiquei dando voltas, estacionei o carro e me embrenhei pelo gramado até chegar ao pátio da aldeia. Não há um lugar para estacionar os carros.

Outro fato que me chamou a atenção foi verificar a diferença no número de edifícios apresentados nas figuras 1 e 2 em relação à foto 2 e figura 4 (páginas 2, 3, 8 e 14 deste relatório que apresentam a área da Aldeia de Carapicuíba); as primeiras de 1940 (páginas 5 e 6) e as duas últimas atuais (páginas 11 e 20). Verificamos na planta atual um maior número de edifícios. Assim, constatamos que após 1940, na Aldeia de Carapicuíba, novos prédios foram erguidos à direita da Capela e na perpendicular dessa.

A correspondência que procuramos estabelecer no processo evolutivo do núcleo de Carapicuíba, através de sua habitação, nos revela que do primitivo aldeamento dos jesuítas, permaneceu a forma básica de organização do espaço nuclear [...] Mesmo em relação aos edifícios mais antigos da Aldeia, embora sujeitos à situação especial, decorrente das restrições impostas pelo seu tombamento, o desenvolvimento acarretou transformações em seus programas com o surgimento de um pequeno comércio, subdivisão em lotes para construção de novas residências, dada a valorização crescente dos terrenos e a exploração do turismo, principalmente nas ocasiões de festas populares (ANDRADE, 2006, p. 29).

Contudo, ao que indica o livro de Saia (1937) respeitou-se a obra histórica e artística do monumento, sem prejuízo do estilo artístico da época

de sua construção. Dessa forma, assegurou-se a autenticidade da Aldeia de Carapicuíba. Segundo Mayume:

Um templo japonês que foi conservado às custas de incontáveis substituições das suas peças de madeira pode ser considerado original, mesmo quando todas as suas peças já tiverem sido substituídas, e nenhuma original restar? A autenticidade de arquiteturas diferentes, de países diferentes, pode ser avaliada segundo os mesmos critérios? (MAYUME, 1995, p. 5).

Desse ponto de vista, conforme Mayume (1995), não é possível estabelecer critérios únicos e universais do que é autêntico.

No caso de Carapicuíba, apesar dos novos prédios foi respeitada a fisionomia, se compararmos as edificações atuais com as primeiras edificações. Carapicuíba apresenta-se como um conjunto arquitetônico significativo da história de ocupação ligada a jesuítas e indígenas.

### **3. MINUTA DE TOMBAMENTO DA ALDEIA DE CARAPICUÍBA**

Meneses (sd), discutindo a questão de por que tomar um núcleo histórico, apresenta cinco pontos de vista diferentes, os quais em conjunto ou isoladamente podem fundamentar o tombamento de um núcleo histórico. São eles: 1) valor paisagístico; 2) valor estético; 3) valor tecnológico; 4) valor afetivo e 5) valor histórico. Analisando a Aldeia de Carapicuíba, podemos dizer que no momento do tombamento, apresentou elementos para fundamentar os cinco pontos levantados por Meneses.

Carapicuíba constitui-se em monumento único de amostragem de antiga aldeia jesuítica que evoluiu para uma arquitetura caipira na sua reconstrução em 1736, com aproveitamento de paredes datadas de 1582.

Tendo em vista que o tombamento da Aldeia de Carapicuíba pelo IPHAN em 1940 foi ex-officio e que o tombamento da Capela de São João Batista em 1973 também foi ex-officio, não existe no IPHAN ou CONDEPHAAT resolução de tombamento que direcione as ações da prefeitura ou dos ocupantes da área.

Como relacionado no diagnóstico, diretrizes para isso existem e foram discutidas amplamente pelos órgãos de proteção e pela comunidade. Até mesmo uma emenda de lei do Município de Carapicuíba foi feita. Contudo, não sabemos se essa emenda está em vigência no Município de Carapicuíba. De qualquer forma, é um excelente instrumento para orientar uma minuta de tombamento para o IPHAN e para o CONDEPHAT. Ainda nessa questão do tombamento, gostaríamos de colocar em pauta o tombamento da Aldeia de Carapicuíba pelo CONDEPHAAT e não somente a Capela de São João Batista, conforme consta do Processo CONDEPHAAT nº 339/1973, fls. 9.

O tombamento ex-officio, tanto pelo IPHAN, quanto pelo CONDEPHAAT foi descuidado, na medida em que não foi feita minuta de tombamento. As propostas de preservação realizadas - julgo na década de 1980, não apresentam assinatura. Os restauros feitos pelo IPHAN na área são considerados insuficientes. A comunidade cobra uma ação mais presente do IPHAN, principalmente nos momentos de festa onde o vandalismo impera na área. A respeito da história dos sinos, o que o IPHAN ou o CONDEPHAAT podem fazer? A população merece uma resposta. Entendemos que o IPHAN e o CONDEPHAAT deveriam possuir maior número de técnicos para que os problemas do patrimônio fossem resolvidos com a rapidez que a preservação do patrimônio exige. As reivindicações vêm de toda parte (moradores da aldeia e do entorno, jornalistas, escritores, folcloristas etc). Do meu ponto de vista, o CONDEPHAAT tem uma melhor estrutura e número de funcionários em relação ao IPHAN, mas os dois possuem infraestrutura e número de funcionários insuficientes para resolverem os problemas do patrimônio.

Por fim, proponho que uma minuta de tombamento seja formulada pelo CONDEPHAT e pelo IPHAN para que a Aldeia de Carapicuíba possa contar com diretrizes para sua conservação/preservação.

#### **4. PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO DE TOMBAMENTO DE NÚCLEOS HISTÓRICOS**

Acredito que a falta de diretrizes, de um mapa e de definição do grau de restrições que um bem pode ter seja ser o principal problema que o CONDEPHAAT encontra atualmente no momento de emitir pareceres. Para os bens tombados existe uma política de preservação. Contudo, para os “bens listados” e de área envoltória isso não acontece. Cada parecer dado para bem listado e de área envoltória segue um conhecimento acumulado ao longo dos anos pelo corpo de técnicos e conselheiros do CONDEPHAAT. Entretanto, como esse conhecimento não foi sistematizado, cada parecerista acaba por incluir no seu parecer, o que acredita ser de senso comum, o que tem gerado muitas discussões em torno de diferentes opiniões.

Sempre se pensou nos bens tombados dos núcleos e não nos da área envoltória ou listados. O que significa um “bem listado” ou de “área envoltória”? Essa é uma questão que gera muitos conflitos.

De fato, as minutas de tombamento precisam ser mais detalhadas, incluindo diretrizes de preservação para os bens tombados “listados” e de “área envoltória”, bem como mapa e documentário fotográfico.

De acordo com Rangel (1989), quando falamos de Núcleo Histórico, falamos de conjunto e não de prédios isolados. Contudo, torna-se premente a construção de diretrizes que norteie uma continuidade espacial do conjunto, mesmo quando se tomba edifícios isolados. Assim, torna-se necessário deixar claro na minuta de tombamento o que preservar no prédio tombado, listado e de área envoltória.

No caso específico da Aldeia de Carapicuíba, SP, podemos dizer que, além do programa, emenda de lei ou propostas que podem nos orientar na elaboração de uma minuta de resolução de tombamento para a Aldeia de Carapicuíba (páginas 10 e 11 deste relatório), também podemos observar as diretrizes gerais na Carta de Veneza e na Declaração de Amsterdã resultantes dos Congressos realizados, respectivamente em 1964 e 1975 (FUNARI et al., 2006, p. 33). Segundo Funari et al., (2006) esses documentos:

Imprimiram novos parâmetros de análise à questão do patrimônio, na medida em que propuseram a ampliação do conceito de monumento, recomendando também a preservação de obras consideradas modestas que tenham adquirido significação cultural e a proteção de conjuntos, bairros ou aldeias que apresentem interesse histórico e cultural. A declaração de Amsterdã introduziu orientações para viabilizar a implantação de “políticas de conservação integrada”, inaugurando uma abordagem pautada pela noção de integração do patrimônio à vida social e conferindo ao poder público municipal a responsabilidade de elaborar programas de conservação e aplicar os recursos financeiros angariados para esses fins. O documento recomendava ainda o envolvimento da população nos processos de preservação, de modo a garantir maior observância dos valores ligados à identidade microlocal e a evitar a evasão dos habitantes em virtude de especulação (FUNARI et al., 2006, p. 33).

Segundo Camacho et al. (1989, p. 46 - 47), uma política urbana de recuperação, conservação ou restauração de um núcleo urbano deve:

- estar orientada a satisfazer as necessidades da vivência dos habitantes, proporcionando que no lugar se satisfaçam as necessidades culturais, inclusive de trabalho;
- respeitar as formas, os hábitos e os costumes que dão sentido à identidade, assegurando as formas de interação social e a qualidade de vida em suas casas e nos centros históricos, o que permitirá assegurar sua persistência em uso e arranjo dos habitantes e o bem patrimonial recuperado;
- ter um programa de conscientização que assegure o cuidado e o respeito dos bens patrimoniais recuperados, que sirva para que os moradores fortaleçam sua identidade de habitantes do centro histórico;
- evitar que este se converta em área morta – destinada a contemplação ou seja, uma zona exclusiva para benefício do turismo;
- considerar que existe uma grande massa de população na área do Centro Histórico e que ali são desenvolvidas diversas atividades, devendo

por isso manter-se o uso polifuncional do solo, de forma acessível à população;

- contemplar equipamento de infraestrutura urbana;
- garantir uma concentração de população capaz de dar continuidade e forma organizada ao bem estar comum, observando, inclusive, problemas de trânsito. Enfim, ter os habitantes dos Centros Históricos como co-participantes na tomada de decisões que os afetam;
- orientar para que não ocorra a subutilização de prédios.

Esses pontos apresentados por Camacho et al (1989: 46 - 47) para o Centro Histórico do México, certamente são referências importantes para traçarmos diretrizes de uma política de preservação, conservação e restauro dos Núcleos Históricos do Estado de São Paulo.

Às orientações de Camacho et al podemos acrescentar, por exemplo, a supressão abusiva de toda publicidade (CARTA DE ATENAS, p. 2). Com relação à educação patrimonial a Carta de Atenas coloca que:

[...] a melhor garantia de conservação de monumentos e obras de arte vem do respeito e do interesse dos próprios povos, considerando que esses sentimentos podem ser grandemente favorecidos por uma ação apropriada dos poderes públicos, emite o voto de que os educadores habituem a infância e a juventude a se absterem de danificar os monumentos, quaisquer que sejam, e lhes façam aumentar o interesse, de uma maneira geral, pela proteção dos testemunhos de toda a civilização (CARTA DE ATENAS, p. 4).

## **5. PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DE TOMBAMENTO DA ALDEIA DE CARAPICUIBA**

Para a elaboração da minuta de tombamento da Aldeia de Carapicuíba, sugiro que o corpo técnico do CONDEPHAAT faça visita técnica na área para:

- a. Realizar documentário fotográfico individual de cada edifício;
- b. Preencher ficha técnica de cada edifício;
- c. Conferir planta dos edifícios (disponível no IPHAN/SP), incluindo as coberturas, modificações etc;
- d. Inventariar objetos de interesse para a preservação;
- e. Inventariar os objetos da Capela de São João Batista;
- f. Inventariar as palmeiras do pátio da aldeia;
- g. Inventariar as espécies arbóreas do entorno da aldeia;
- h. Definir a área envoltória junto à Prefeitura de Carapicuíba, IPHAN e com o grupo de estudos de área envoltória nomeado pela presidência deste CONDEPHAAT;
- i. Definir o que deve ser preservado nos edifícios tombados etc.
- j. Verificar a possibilidade de reservar uma área para estacionamento na área da Aldeia de Carapicuíba;
- l. Verificar a possibilidade de melhores acessos ao pátio da Aldeia de Carapicuíba etc.

## **6. AGRADECIMENTOS**

Ao corpo técnico da UPPH, em especial ao José Eduardo, ao Walter e a Leonora pelas informações e disposição em ajudar.

A Anna Beatriz, superintendente da 9<sup>o</sup> SR do IPHAN, SP por me receber no IPHAN e me auxiliar na pesquisa daquele arquivo.

Aos colegas do Grupo de Estudo de Núcleos Históricos pelas proveitosas discussões e sugestões.

## 7. BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Antônio Luiz Dias de. Aldeia de Carapicuíba. In: **Patrimônio: Atualizando o Debate. Org. Victor Hugo Mori, Marisa Campos de Souza, Rossano Lopes Bastos e Haroldo Gallo.** São Paulo: 9<sup>o</sup> SR/IPHAN, 2006.

CAMACHO , Marco Aurélio Ramírez et al. Hacla uma Política de Vivienda em el Centro Historico de la Ciudad de México. In: **Ata do 2<sup>o</sup> Foro de Defensa del Centro Histórico y Vivienda em Monumentos. México, 17 e 18 de junho de 1789.**

DOCUMENTOS INTERESSANTES PARA A HISTÓRIA DE SÃO PAULO. Vol. LXIV. São Paulo. Arquivo do Estado.

CARTÃO POSTAL. **Rota Carapicuíba do Circuito Taysa de Pilão.** IPHAN, sd.

CARTA DE ATENAS. **Escritório Internacional de Museus Sociedade das Nações. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Outubro de 1931.

CUBILLO, Gilda et. al. Investigación y patrimonio cultural. In: **Ata do 2<sup>o</sup> Foro de Defensa del Centro Histórico y Vivienda em Monumentos. México, 17 e 18 de junho de 1789.**

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S.C.A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 2006.

FOLHA DA REGIÃO – CARAPICUÍBA. **Hoje tem festa na Aldeia**. 1980, p. 3.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira; MORI, Victor Hugo; ALAMBERT, Clara Correia d'. Antiga Aldeia de Carapicuíba. In: **Patrimônio 70 Anos**. Org. **Marisa Campos de Souza e Rossano Lopes Bastos**. São Paulo: 9<sup>o</sup> SR/IPHAN, 2008.

MAYUME, Lia. **Monumento e Autenticidade: a preservação do patrimônio arquitetônico no Brasil e Japão**. São Paulo, USP, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 1999. Dissertação de Mestrado. 314 p.

MENESES. Ulpiano Toledo Bezerra de. A Cidade Como Bem Cultural – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e Alcance de preservação do patrimônio ambiental urbano. In: **Patrimônio: Atualizando o Debate**. Org. Mori, Vitor Hugo et al. IPHAN, 2006.

MENESES. Ulpiano Toledo Bezerra de. **Iporanga: Porque tomar uma cidade**. CONDEPHAAT. Boletim 3. sd.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Aldeia de Carapicuíba: Justificação. S.d.

MORI, Victor Hugo. 70 anos do Patrimônio em São Paulo. In: **Patrimônio 70 Anos. Org. Marisa Campos de Souza e Rossano Lopes Bastos**. São Paulo: 90 SR/IPHAN, 2008.

PREFEITURA DE CARAPICUIBA. Disponível em <http://www.capicuiba.sp.gov.br/origem.htm>. Acessado em 14/8/2009.

PROCESSO CONDEPHAAT nº 339. **Solicitação de Tombamento do Acervo Arquitetônico da Aldeia de Carapicuíba, Particularmente a Capela de São João Batista, Zona Rural do Município de Cotia**. 1973, FLS 1 – 23.

PROCESSO IPHAN 218/39. Livro Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, folhas 3, número de inscrição sete, dispõe que a obra denominada Conjunto Arquitetônico e Urbanismo da Aldeia de Carapicuíba, localizada no Município de Cotia, Estado de São Paulo, de propriedade da Prefeitura Municipal e outros, consta do registro do tombamento ex-officio de 13 de maio de 1940, FLS 1 – 12.

PROCESSO MTSP 1.2; 1.2 e 2, da 9<sup>o</sup> Secretaria Regional do IPHAN. Programa com objetivos para a proteção da aldeia, datado de 29 de março de 1985.

RANGEL, Rafael Lopes. Hacia Uma Política de Resgate Popular del Centro Histórico. In: **Ata do 2º Foro de Defensa del Centro Histórico y Vivienda em Monumentos. México, 17 e 18 de junho de 1789.**

SAIA, Luis. **A Aldeia de Carapicuíba.** Texto datilografado depositado no Arquivo da 9ª SR/IPHAN (São Paulo), 1938.

SCATAMACCHIA, Maria Cristina Mineiro. **Algumas Considerações Sobre os Núcleos Históricos Tombados pelo CONDEPHAAT: O Núcleo Histórico de Itu.** Agosto de 2009.

UPPH. Orientações para elaboração de minuta de resolução de tombamento, CONDEPHAAT, SP, setembro de 2009.